

## ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O CRESCIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS NOS SÉCULOS XIX e XX (\*)

Nuno Valério (\*\*)

### Introdução

No número do Outono de 1989 de *The Journal of European Economic History* publiquei em colaboração com Ana Bela Nunes e Eugénia Mata, um artigo intitulado «Portuguese economic growth 1833-1985», no qual se incluía uma série do produto interno bruto português no período indicado no título e um comentário desenvolvido sobre aspectos estruturais e conjunturais do crescimento económico português nesse período. No número do Outono de 1991 da mesma revista, Jaime Reis e Pedro Lains publicaram um texto intitulado «Portuguese economic growth 1833-1985: some doubts», no qual, como o próprio título indica, suscitaram algumas dúvidas, metodológicas e factuais, sobre as conclusões do texto de 1989. No mesmo número, os autores do texto de 1989 publicaram um novo texto intitulado «Portuguese economic growth 1833-1985: some comments on Pedro Lains' and Jaime Reis' doubts», no qual, como também o próprio título indica, apresentaram alguns comentários às dúvidas de Jaime Reis e Pedro Lains. A estes materiais procurei acrescentar para esta comunicação uma estimativa da evolução do produto interno bruto por habitante entre 1796 e 1832, baseada nos elementos sobre o comércio externo português publicados por David Justino em *A Formação do Espaço Económico Nacional — Portugal 1812-1913*, uma correcção dos dados para os anos de 1981 a 1985 com base nos elementos do recenseamento geral da população de 1991 e uma extensão da série até 1990.

### 1 — Como avaliar o crescimento?

A principal questão colocada na polémica referida na introdução é a da preferência pela utilização de variáveis de aproximação ou de índices de produção sectorial na estimação da evolução do nível da actividade económica global.

Não tenho dúvidas em afirmar que os índices de produção sectorial são claramente preferíveis para o fim em vista, mas que os resultados provenientes das variáveis de aproximação são ainda hoje os melhores que estão disponíveis. Esta aparente contradição resulta de dois factos. Por um lado, não se

---

(\*) Comunicação apresentada nas Jornadas de Economia organizadas pelo Departamento de Economia da Universidade Lusíada do Porto, Porto, 1992.

(\*\*) ISEG/UTL.

dispõe ainda hoje de índices de produção para o sector terciário, e é arriscado tentar extrair conclusões apenas com base em informações sobre os sectores primário e secundário, por muito que eles sejam esmagadoramente maioritários na economia. Por outro lado, os melhores índices existentes para os sectores primário e secundário — os publicados por Pedro Lains na brochura *A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal (1850-1913)* editada pelo Banco de Portugal — suscitam-me algumas dúvidas, que é impossível analisar aqui por falta de tempo.

Nestas circunstâncias, penso poder resumir-se a situação dizendo que:

- a) Para os anos de 1947 a 1990, dispomos de estatísticas oficiais de contabilidade nacional respeitantes ao Continente, que é possível corrigir para que abranjam a totalidade do país sem grande dificuldade <sup>(1)</sup>;

- b) Para os anos de 1865 a 1946, dispomos de:

Estimativas de produto interno bruto baseadas em variáveis de aproximação relacionadas com o comércio externo (exportações e importações) e com as finanças públicas (receitas fiscais e despesas públicas);

Estimativas da evolução dos preços baseados para os anos de 1900 a 1946 em índices oficiais do custo de vida e para os anos de 1865 a 1899 nos materiais publicados por David Justino em *A Formação do Espaço Económico Nacional — Portugal 1812-1913*;

Estimativas da população baseadas para os anos de 1890 a 1946 nos dados dos recenseamentos e nas estatísticas dos movimentos demográficos e para os anos de 1865 a 1889 na interpolação dos dados dos recenseamentos;

- c) Para os anos de 1796 a 1864, dispomos de:

Estimativas do produto interno bruto baseadas em parte das variáveis de aproximação acima indicadas na alínea b) ou em interpolações;

Estimativas da evolução dos preços baseadas para os anos de 1812 a 1864 nos materiais publicados por David Justino em *A Formação do Espaço Económico Nacional — Portugal 1812-1913* e para os anos de 1796 a 1812 nos materiais publicados por Vitorino Magalhães Godinho em *Prix et monnaies au Portugal*;

Estimativas da população baseadas na interpolação ou extrapolação dos dados das contagens oficiais.

---

<sup>(1)</sup> Existem, aliás, também dados oficiais do produto interno bruto das regiões dos Açores e da Madeira, constituindo uma série que só se inicia na década de 1960 e só se torna contínua na década de 1980.

Procurarei sublinhar a diminuição da qualidade dos resultados disponíveis à medida que nos afastamos da actualidade, dizendo que os valores para os anos de 1947 a 1990 têm uma menor margem de erro, que os valores para os anos de 1865 a 1946 têm uma alta margem de erro e que os valores para os anos de 1796 a 1864 são meras suposições controladas.

## 2 — Quais os ritmos do crescimento?

O exame do anexo n.º 1 e do gráfico n.º 1 permite concluir que:

- a) De finais do século XVIII aos anos 60 do século XIX, a população portuguesa não parece ter conhecido qualquer melhoria do nível de vida a longo prazo e experimentou mesmo duas graves crises (certamente exageradas no gráfico, particularmente a primeira): uma entre 1808 e 1813, associada ao período das invasões francesas, outra em meados dos anos 50 do século XIX, associada a más colheitas, praga do oídio nas vinhas e surtos epidémicos de cólera e febre amarela que então atingiram o País. O produto interno bruto por habitante oscilou neste período em torno de um valor próximo dos 100\$ a preços de 1914 <sup>(2)</sup>;
- b) Nas décadas de 60, 70 e 80 do século XIX, o produto interno bruto por habitante aumentou gradualmente até cerca de 150\$ de 1914. Trata-se de uma primeira época de crescimento económico, ainda hesitante (muitos anos apresentam recuos em relação aos precedentes) e moderado, e que não viria a ter continuidade. Em suma, poderia falar-se de um falso arranque da economia portuguesa;
- c) Na última década do século XIX e nas duas primeiras do século XX o nível de vida da população portuguesa tornou a estagnar e a conhecer mesmo de novo uma grave crise entre 1914 e 1922 (certamente exagerada no gráfico), associada à Primeira Guerra Mundial <sup>(3)</sup>;
- d) No período entre as duas guerras mundiais e da 2.ª Guerra Mundial, a economia portuguesa retomou algum movimento ascendente, tendo o produto interno bruto por habitante subido até cerca de 200\$ de 1914. Trata-se de um crescimento ainda mais modesto do que o do falso arranque dos anos 60 a 80 do século XIX, mas

---

<sup>(2)</sup> Optei por manter como unidade o escudo de 1914 para evitar uma conversão em valores actuais que rapidamente se desactualizaria devido ao movimento inflacionista. Para se ter uma ideia mais familiar do significado dos números, deve considerar-se que o escudo de 1914 equivale grosseiramente ao conto actual.

<sup>(3)</sup> Deve notar-se que, de acordo com a opinião de Jaime Reis e Pedro Lains, a última década do século XIX ainda assistiu a um crescimento significativo e a 1.ª Guerra Mundial não se caracterizou por uma crise de grande gravidade (veja-se sobre o assunto os textos do número do Outono de 1991 de *The Journal of European Economic History*).

ainda assim notável, considerando -a conjuntura internacional desfavorável. Uma vez mais a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial foi um período de crise, ainda que de pequeno tomo <sup>(4)</sup>;

- e) O 3.<sup>o</sup> quartel do século xx viu, enfim, o nível de vida da população portuguesa subir significativamente para cerca de 800\$ de 1914 e a economia portuguesa conhecer um verdadeiro arranque para o moderno crescimento económico. Desta vez não pode sequer falar-se de hesitações, pois nenhum dos anos de 1947 a 1973 assistiu a qualquer diminuição do produto interno bruto por habitante;
- f) Os anos de 1974 a 1976 assistiram à quebra do espectacular crescimento da economia portuguesa do segundo após-guerra do século xx. Seguiram-se o retomar do crescimento na segunda metade da década de 70, um período de estagnação na primeira metade dos anos 80 e novo período de crescimento a partir de 1985. Apesar das hesitações do crescimento, o balanço dos anos de 1974 a 1990 é claramente positivo: o produto interno bruto por habitante subiu para cerca de 1200\$ de 1914, o que corresponde a um crescimento só ultrapassado no passado pela época áurea do segundo após-guerra. Em particular, trata-se de um crescimento superior ao das décadas do que acima designei por falso arranque do século xix.

Uma comparação com a evolução europeia feita no texto de 1989 atrás referido mostra que os períodos de estagnação de finais do século xviii aos anos 60 do século xix e da última década do século xix e das duas primeiras do século xx foram igualmente períodos de atraso do crescimento económico português em relação à média europeia, assistindo-se, porém, a recuperações mais ou menos claras nos restantes períodos. Em suma, há alguma razão para falar de atraso económico português, mas não como um fenómeno contínuo e muito menos continuado até aos dias de hoje. Antes se poderia falar, sobretudo para a segunda metade do século xx, de clara recuperação de algum atraso adquirido nos dois períodos menos brilhantes de desempenho da economia portuguesa.

### 3 — Como se explicam os ritmos de crescimento?

Feita a análise da série do produto interno bruto por habitante a preços constantes, importa reflectir sobre as possíveis explicações para a evolução identificada.

---

<sup>(4)</sup> Deve notar-se que, de acordo com a opinião de Jaime Reis e Pedro Lains, os anos da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial não conheceram a crise assinalada no gráfico (vejam-se sobre o assunto os textos do número do Outono de 1991 de *The Journal of European Economic History*).

A partir de uma reflexão mais geral que apresentei no texto «Some remarks about growth and stagnation in the Mediterranean world in the XIXth and XXth centuries», publicado no número da Primavera de 1992 de *The Journal of European Economic History*, penso que é possível identificar quatro questões fundamentais para compreender a evolução a longo prazo da economia portuguesa no período considerado: a questão da abertura ao exterior, a questão da qualidade dos recursos humanos, a questão da disponibilidade de recursos produzidos e a questão das instituições e políticas económicas.

## A — A questão da abertura ao exterior

Trata-se de uma questão central para as explicações mais tradicionais do chamado atraso económico português, de que pode servir de exemplo o clássico livro de Miriam Halpern Pereira *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. A ideia de que o excesso de abertura ao exterior e a conseqüente dependência em relação à Grã-Bretanha foi um factor de travagem do crescimento económico português foi posta em causa por abordagens mais recentes, de que podem servir de exemplos a lição de Jaime Reis «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», publicada em 1984 na revista *Análise Social*, ou o artigo de Pedro Lains «O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização 'concorrencial'», publicado em 1987 na mesma revista. No meu já referido texto sobre o crescimento e a estagnação no mundo mediterrânico chamei a atenção para a potencial ambivalência das relações externas em relação ao crescimento económico. Que pensar em relação ao caso português?

O exame do anexo n.º 2 e do gráfico n.º 2 permite ter uma ideia de como se relacionaram ao longo do tempo nível de vida e grau de abertura da economia em Portugal. As conclusões não podem ser claras. Com efeito, para o período posterior à 1.ª Guerra Mundial parece existir alguma associação positiva entre aumento da abertura e aumento do nível de vida: a correlação entre a razão exportações/produto interno bruto e o produto interno bruto por habitante é de + 75 %, a correlação entre a razão importações/produto interno bruto e o produto interno bruto por habitante é de + 76 % e a correlação entre a razão direitos de importação/importações e o produto interno bruto por habitante é de — 55 %. Para o período que mediou entre a década de 40 do século XIX e a 1.ª Guerra Mundial, porém, as coisas passam-se de modo diverso: a correlação entre a razão exportações/produto interno bruto e o produto interno bruto por habitante é de — 60 %, a correlação entre a razão importações/produto interno bruto e o produto interno bruto por habitante é de + 1 % e a correlação entre a razão direitos de importação/importações e o produto interno bruto por habitante é de + 35 %. Em suma, se depois da 1.ª Guerra Mundial a abertura parece ter sido benéfica para a economia portuguesa, antes da 1.ª Guerra Mundial é o contrário que parece verificar-se. A análise efectuada é, porém, demasiado grosseira para permitir conclusões definitivas. Mostra, no

fundo, apenas que a questão do efeito das relações externas no crescimento ou estagnação da economia portuguesa é uma questão ainda em aberto.

Um dos caminhos para o seu esclarecimento pode ser o exame de casos particulares. Especialmente interessante é o do proteccionismo agrícola, a que voltarei adiante.

### **B — A questão da qualidade dos recursos humanos**

Trata-se de uma questão muito menos estudada no caso português, mas onde as perspectivas teóricas não deixam margem para dúvidas, como se vê, por exemplo, na colectânea de estudos *Education and economic development since the industrial revolution* resultante das comunicações à secção A-5 do 10.º Congresso Internacional de História Económica. Com efeito, ninguém sugere que o aumento da qualidade dos recursos humanos possa prejudicar o crescimento económico, ainda que as opiniões diverjam quanto ao efeito quantitativo que diferentes melhorias específicas da educação possam ter nesse domínio.

Nestes termos, é de crer que o atraso educativo português comprovado, por exemplo, no estudo «O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação», de Jaime Reis, publicado no volume *Nova Economia em Portugal* de homenagem ao professor António Manuel Pinto Barbosa, seja um factor explicativo fundamental dos problemas enfrentados pelo crescimento económico português ao longo dos últimos dois séculos. Também aqui, porém, se torna necessário um grande aprofundamento da investigação.

### **C — A questão da disponibilidade de recursos produzidos**

Tal como a questão da disponibilidade dos recursos humanos é uma questão relativamente pouco estudada e em relação à qual muito há que esperar de um aprofundar da investigação. Também aqui não pode haver dúvidas em relação ao tipo de relações sugeridas pelas perspectivas teóricas: parece óbvio que a disponibilidade de recursos produzidos (ou o seu sinal financeiro que é a abundância de capitais para investir) é favorável ao crescimento económico. É habitualmente aceite que Portugal sofreu de alguma escassez de capitais, mas o fenómeno nunca foi razoavelmente quantificado. Em comunicação apresentada na secção A-3 do 10.º Congresso Internacional de História Económica e publicada pela revista *Estudos de Economia* tentei com Eugénia Mata fazer um balanço do papel dos capitais estrangeiros canalizados através do Estado Português no crescimento económico do país. Trata-se, porém, de um aspecto muito parcelar da questão.

### **D — A questão das instituições e políticas económicas**

Tal como a questão da abertura ao exterior, a questão das instituições e políticas económicas é um dos tópicos clássicos de reflexão nas explicações do chamado atraso económico português. Uma vez mais a perspectiva tradi-

cional apresentava as instituições e políticas económicas como um dos principais responsáveis pelo facto de Portugal não ter acompanhado os países líderes do crescimento económico europeu e mundial e também aqui alguma revisão dessa perspectiva tem surgido nos últimos tempos. O tema é demasiado vasto para poder ser coberto nesta comunicação, mas é possível ilustrá-lo com um exemplo significativo, relativo às estruturas agrárias, particularmente às predominantes na região do Alentejo.

O latifúndio é tradicionalmente responsabilizado pela ineficiente utilização de recursos e pela estagnação tecnológica relativa da agricultura alentejana. Ora, os trabalhos de Jaime Reis, em particular a comunicação sobre as consequências do proteccionismo agrícola em finais do século XIX e princípios do século XX apresentada no seminário sobre a agricultura latifundiária na Península Ibérica em 1979 e o artigo sobre a difusão da debulha mecânica no Alentejo publicado na *Análise Social* em 1982, mostram que, mais do que o latifúndio, foram a opção pelo proteccionismo agrícola (é certo que reclamada pelos latifundiários) e a dotação de factores prevalectente na região que implicaram os fenómenos de generalização do cultivo do trigo e de recurso a tecnologias relativamente mão-de-obra intensivas que configuraram os problemas de ineficiente utilização de recursos e de estagnação tecnológica atrás referidos. Em suma, as instituições (latifúndio e influência política dos proprietários) e políticas económicas (proteccionismo) contribuíram, sem dúvida, para que a agricultura alentejana estivesse longe de ser um elemento dinâmico do crescimento económico português, mas os seus efeitos são incompreensíveis sem referência a realidades geográficas e económicas de base que não foram criadas por elas.

## Conclusão

Como conclusão pouco mais posso dizer do que sublinhar de novo quanto trabalho de pesquisa há a realizar sobre o tema de que me ocupei. Da avaliação dos ritmos de crescimento à explicação dos fenómenos de atraso e recuperação da economia portuguesa, muito há ainda para descobrir, e o mesmo se passa em relação à maioria das economias nacionais do mundo de hoje. Seja-se permitido acrescentar apenas uma observação. Não creio que se trate de um trabalho exclusivamente interessante em termos de conhecimento do passado. Pelo contrário, estou convencido de que sem ele não será possível avançar significativamente nas questões teóricas da economia do desenvolvimento, problema candente do mundo de hoje.

## ANEXO N.º 1

## Evolução do nível de vida em Portugal 1796-1990

Ano	Produto interno bruto a preços correntes (milhares de contos)	Índice de preços (base 1914)	População (milhares de habitantes)	Produto interno bruto a preços de 1914 (milhares de contos)	Produto interno bruto por habitante a preços de 1914 (escudos)
1796 .....	232	71	3 178	327	103
1797 .....	247	76	3 183	325	102
1798 .....	244	88	3 188	277	87
1799 .....	260	86	3 192	302	95
1800 .....	254	94	3 197	270	85
1801 .....	256	100	3 202	256	80
1802 .....	257	98	3 206	262	82
1803 .....	255	104	3 211	245	76
1804 .....	259	88	3 216	294	92
1805 .....	253	97	3 220	261	81
1806 .....	252	95	3 225	265	82
1807 .....	244	94	3 230	260	80
1808 .....	221	108	3 235	205	63
1809 .....	225	110	3 239	205	63
1810 .....	239	124	3 244	193	59
1811 .....	212	144	3 249	147	45
1812 .....	226	127	3 254	178	55
1813 .....	221	110	3 258	201	62
1814 .....	245	97	3 263	253	77
1815 .....	250	97	3 268	258	79
1816 .....	251	93	3 273	270	82
1817 .....	247	102	3 277	242	74
1818 .....	246	88	3 282	280	85
1819 .....	232	70	3 297	331	101
1920 .....	232	59	3 316	393	119
1821 .....	225	61	3 336	369	111
1822 .....	227	69	3 356	329	98
1823 .....	218	73	3 376	299	88
1824 .....	227	75	3 396	303	89
1825 .....	236	69	3 417	342	100
1826 .....	234	69	3 437	339	99
1827 .....	232	65	3 458	357	103
1828 .....	230	60	3 479	383	110
1829 .....	228	64	3 499	356	102
1830 .....	226	59	3 520	383	109
1831 .....	224	64	3 542	350	99
1832 .....	222	60	3 563	370	104
1833 .....	220	53	3 584	415	116
1834 .....	232	62	3 606	374	104
1835 .....	232	75	3 627	309	85
1836 .....	222	69	3 649	322	88
1837 .....	217	56	3 671	388	106
1838 .....	203	56	3 693	362	98
1839 .....	201	58	3 715	347	93
1840 .....	206	64	3 737	322	86
1841 .....	215	67	3 748	321	86
1842 .....	228	60	3 759	380	101

Ano	Produto interno bruto a preços correntes (milhares de contos)	Índice de preços (base 1914)	População (milhares de habitantes)	Produto interno bruto a preços de 1914 (milhares de contos)	Produto interno bruto por habitante a preços de 1914 (escudos)
1843	234	57	3 771	411	109
1844	229	49	3 782	467	124
1845	226	49	3 793	461	122
1846	226	60	3 804	377	99
1847	227	58	3 816	391	103
1848	227	52	3 827	437	114
1849	225	55	3 838	409	107
1850	224	61	3 850	367	95
1851	225	57	3 861	395	102
1852	237	56	3 873	423	109
1853	234	68	3 884	344	89
1854	234	80	3 892	292	75
1855	248	78	3 901	318	82
1856	261	94	3 909	278	71
1857	278	81	3 923	343	87
1858	289	75	3 960	385	97
1859	283	82	3 998	345	86
1860	282	79	4 035	357	88
1861	301	83	4 110	363	88
1862	325	84	4 149	387	93
1863	333	81	4 188	411	98
1864	348	83	4 213	419	100
1865	353	81	4 238	436	103
1866	344	83	4 264	414	97
1867	360	88	4 289	409	95
1868	366	83	4 314	441	102
1869	380	82	4 340	463	107
1870	392	78	4 366	503	115
1871	385	76	4 392	507	115
1872	407	76	4 418	536	121
1873	433	79	4 444	548	123
1874	462	82	4 471	563	126
1875	492	82	4 497	600	133
1876	501	83	4 524	604	133
1877	509	93	4 551	547	120
1878	505	92	4 591	549	120
1879	492	88	4 632	559	121
1880	502	83	4 673	605	129
1881	524	85	4 715	616	131
1882	535	86	4 757	622	131
1883	532	82	4 799	649	135
1884	557	77	4 842	723	149
1885	578	75	4 885	771	158
1886	608	76	4 929	800	162
1887	623	75	4 973	831	167
1888	662	75	5 017	883	176
1889	681	80	5 062	851	168
1890	679	88	5 105	772	151
1891	681	86	5 138	792	154
1892	699	88	5 182	794	153
1893	703	89	5 220	790	151

Ano	Produto interno bruto a preços correntes (milhares de contos)	Índice de preços (base 1914)	População (milhares de habitantes)	Produto interno bruto a preços de 1914 (milhares de contos)	Produto interno bruto por habitante a preços de 1914 (escudos)
1894	717	91	5 251	788	150
1895	763	87	5 275	877	166
1896	787	88	5 297	894	169
1897	782	93	5 331	841	158
1898	792	97	5 365	816	152
1899	806	95	5 407	848	157
1900	829	93	5 450	891	164
1901	811	92	5 497	882	160
1902	816	89	5 552	917	165
1903	843	92	5 613	916	163
1904	859	97	5 670	886	156
1905	864	96	5 720	900	157
1906	874	96	5 758	910	158
1907	903	96	5 800	941	162
1908	928	97	5 840	957	164
1909	941	98	5 883	960	163
1910	947	94	5 937	1 007	170
1911	906	99	6 004	915	152
1912	936	98	6 008	955	159
1913	950	101	6 004	941	157
1914	862	100	6 053	862	142
1915	976	110	6 107	887	145
1916	1 173	129	6 147	909	148
1917	1 248	148	6 186	843	136
1918	1 488	240	6 104	620	102
1919	1 846	268	6 082	689	113
1920	2 629	420	6 084	626	103
1921	3 366	606	6 148	555	90
1922	5 405	707	6 216	764	123
1923	8 049	1 022	6 271	788	126
1924	10 263	1 338	6 344	767	121
1925	11 368	1 295	6 429	878	137
1926	12 075	1 250	6 507	966	148
1927	12 680	1 325	6 580	957	145
1928	14 802	1 278	6 658	1 158	174
1929	16 632	1 320	6 729	1 260	187
1930	16 304	1 266	6 812	1 288	189
1931	15 795	1 148	6 908	1 376	199
1932	16 117	1 129	7 003	1 428	204
1933	16 450	1 128	7 096	1 458	206
1934	17 093	1 138	7 189	1 502	209
1935	17 306	1 140	7 279	1 518	209
1936	17 532	1 163	7 379	1 507	204
1937	18 289	1 201	7 476	1 523	204
1938	19 123	1 170	7 575	1 634	216
1939	19 427	1 114	7 677	1 744	227
1940	20 220	1 157	7 758	1 748	225
1941	23 986	1 273	7 800	1 884	242
1942	27 785	1 499	7 859	1 854	236
1943	30 025	1 657	7 934	1 812	228

Ano	Produto interno bruto a preços correntes (milhares de contos)	Índice de preços (base 1914)	População (milhares de habitantes)	Produto interno bruto a preços de 1914 (milhares de contos)	Produto interno bruto por habitante a preços de 1914 (escudos)
1944	29 064	1 696	8 013	1 714	214
1945	30 230	1 819	8 101	1 662	205
1946	34 545	2 022	8 182	1 708	209
1947	38 214	2 073	8 258	1 843	223
1948	38 305	2 048	8 358	1 870	224
1949	40 667	2 147	8 434	1 894	225
1950	42 255	2 097	8 512	2 015	237
1951	45 798	2 196	8 547	2 086	244
1952	46 878	2 245	8 563	2 088	244
1953	49 062	2 196	8 587	2 234	260
1954	50 650	2 147	8 607	2 359	274
1955	53 597	2 196	8 657	2 441	282
1956	57 769	2 270	8 698	2 545	293
1957	60 750	2 270	8 737	2 676	306
1958	64 466	2 295	8 789	2 809	320
1959	68 760	2 319	8 837	2 965	336
1960	74 860	2 369	8 891	3 160	355
1961	80 607	2 418	8 944	3 334	373
1962	85 655	2 418	9 002	3 542	394
1963	92 903	2 467	9 040	3 766	417
1964	100 505	2 517	9 053	3 993	441
1965	112 073	2 615	8 996	4 286	476
1966	122 678	2 739	8 871	4 479	505
1967	137 118	2 838	8 798	4 832	549
1968	149 057	2 862	8 743	5 208	596
1969	163 382	3 035	8 696	5 383	619
1970	185 668	3 134	8 648	5 924	685
1971	207 799	3 282	8 642	6 331	733
1972	241 704	3 528	8 622	6 851	795
1973	294 062	3 849	8 545	7 640	894
1974	353 226	4 565	8 891	7 738	870
1975	392 478	5 305	9 457	7 398	782
1976	483 975	6 144	9 685	7 877	813
1977	653 963	7 698	9 737	8 495	872
1978	822 625	9 376	9 772	8 774	898
1979	1 033 954	11 079	9 800	9 333	952
1980	1 306 548	13 522	9 828	9 662	983
1981	1 559 675	15 964	9 829	9 770	994
1982	1 922 573	19 285	9 844	9 969	1 013
1983	2 391 480	24 029	9 862	9 952	1 009
1984	2 925 541	29 940	9 881	9 771	989
1985	3 661 379	36 377	9 884	10 065	1 018
1986	4 592 796	43 834	9 889	10 478	1 060
1987	5 376 547	48 787	9 883	11 020	1 115
1988	6 236 858	54 397	9 867	11 465	1 162
1989	7 408 340	61 578	9 854	12 031	1 221
1990	8 529 800	68 042	9 831	12 536	1 275

Fonte: Cálculo conforme indicado no texto.

## ANEXO N.º 2

## Nível de vida e grau de abertura da economia portuguesa

Ano	Exportações/ produto interno bruto (percentagem)	Importações/ produto interno bruto (percentagem)	Direitos de importação/ importações (percentagem)	Produto interno bruto por habitante a preços de 1914 (escudos)
1842.....	3	4	24	101
1843.....	3	5	24	109
1848.....	4	5	29	114
1851.....	4	5	29	102
1855.....	5	6	22	82
1856.....	6	7	20	71
1861.....	5	8	21	88
1866.....	5	7	27	97
1867.....	4	7	26	95
1868.....	4	7	28	102
1869.....	5	6	29	107
1870.....	5	6	27	115
1871.....	6	6	28	115
1872.....	6	7	28	121
1873.....	5	7	28	123
1874.....	5	6	31	126
1875.....	5	7	29	133
1876.....	4	6	31	133
1877.....	5	6	33	120
1878.....	4	6	35	120
1879.....	4	7	36	121
1880.....	5	6	28	121
1881.....	4	6	31	131
1882.....	4	6	33	131
1883.....	4	6	38	135
1884.....	4	6	40	149
1885.....	4	6	42	158
1886.....	4	6	39	162
1887.....	3	6	44	167
1888.....	4	6	37	176
1889.....	3	6	33	168
1890.....	3	7	33	151
1891.....	3	6	34	154
1892.....	4	4	34	153
1893.....	3	5	36	151
1894.....	3	5	38	150
1895.....	4	5	40	166
1896.....	3	5	39	169
1897.....	3	5	32	158
1898.....	4	6	24	152
1899.....	4	6	29	157
1900.....	4	7	26	164
1901.....	3	7	25	160
1902.....	3	7	25	165
1903.....	4	7	27	163
1904.....	4	7	27	156
1905.....	3	7	29	157
1906.....	4	7	29	158

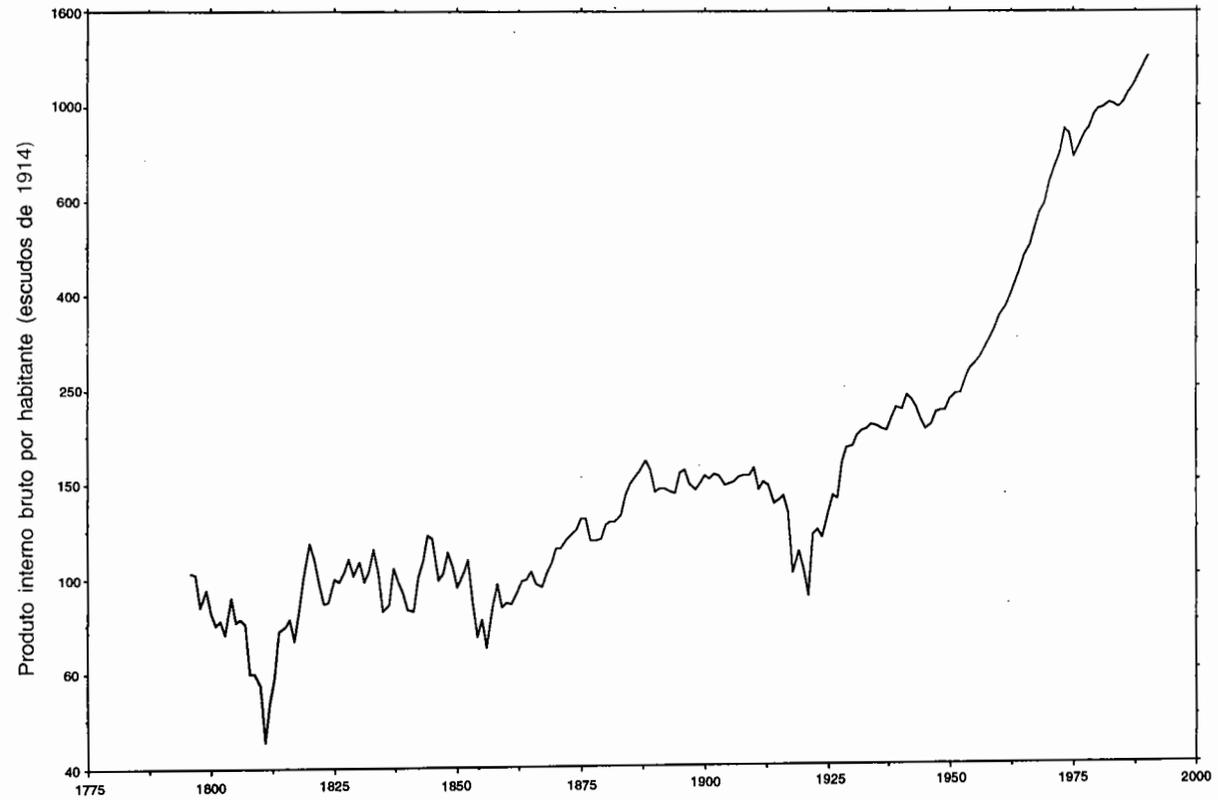
Ano	Exportações/ produto interno bruto (percentagem)	Importações/ produto interno bruto (percentagem)	Direitos de importação/ importações (percentagem)	Produto interno bruto por habitante a preços de 1914 (escudos)
1907	3	7	26	162
1908	3	7	26	164
1909	3	7	24	163
1910	4	7	23	170
1911	4	8	23	152
1912	4	8	22	159
1913	4	9	22	157
1914	3	8	25	142
1915	3	8	15	145
1916	5	11	9	148
1917	4	11	8	136
1918	6	12	6	102
1919	6	12	6	113
1920	8	26	4	103
1921	7	28	4	90
1922	8	23	6	123
1923	8	28	7	126
1924	9	29	7	121
1925	8	22	9	137
1926	6	19	12	148
1927	6	21	13	145
1928	7	18	17	174
1929	6	15	22	187
1930	6	15	23	189
1931	5	11	33	199
1932	5	11	32	204
1933	5	12	29	206
1934	5	11	30	209
1935	5	13	27	209
1936	6	11	30	204
1937	7	13	25	204
1938	6	12	27	216
1939	7	11	26	227
1940	8	12	20	225
1941	12	10	21	242
1942	14	9	17	236
1943	13	11	13	228
1944	11	13	12	214
1945	11	13	13	205
1946	13	20	13	209
1947	11	25	12	223
1948	11	27	10	224
1949	10	22	14	225
1950	13	19	14	237
1951	17	21	14	244
1952	15	21	15	244
1953	13	19	14	260
1954	14	20	15	274
1955	15	21	14	282
1956	15	22	14	293
1957	14	24	13	306

Ano	Exportações/ produto interno bruto (percentagem)	Importações/ produto interno bruto (percentagem)	Direitos de importação/ importações (percentagem)	Produto interno bruto por habitante a preços de 1914 (escudos)
1958.....	13	21	14	320
1959.....	12	20	15	336
1960.....	13	21	14	355
1961.....	12	23	14	373
1962.....	12	20	14	394
1963.....	13	20	13	417
1964.....	15	22	10	441
1965.....	15	24	11	476
1966.....	15	24	10	505
1967.....	15	22	10	549
1968.....	15	23	9	596
1969.....	15	23	9	619
1970.....	15	25	11	685
1971.....	15	25	9	733
1972.....	15	25	8	795
1973.....	15	25	6	894
1974.....	16	33	4	870
1975.....	13	25	6	782
1976.....	11	27	7	813
1977.....	12	29	7	872
1978.....	13	28	5	898
1979.....	17	32	3	952
1980.....	18	36	3	983
1981.....	16	39	3	994
1982.....	17	39	3	1 013
1983.....	21	38	3	1 009
1984.....	26	40	2	989
1985.....	27	36	2	1 018
1986.....	24	31	1	1 060
1987.....	24	37	1	1 115
1988.....	25	41	1	1 162
1989.....	27	41	1	1 221
1990.....	27	42	1	1 275

Fonte: Cálculo a partir das *Estatísticas do Comércio Externo* e dos dados do anexo n.º 1.

GRÁFICO N.º 1

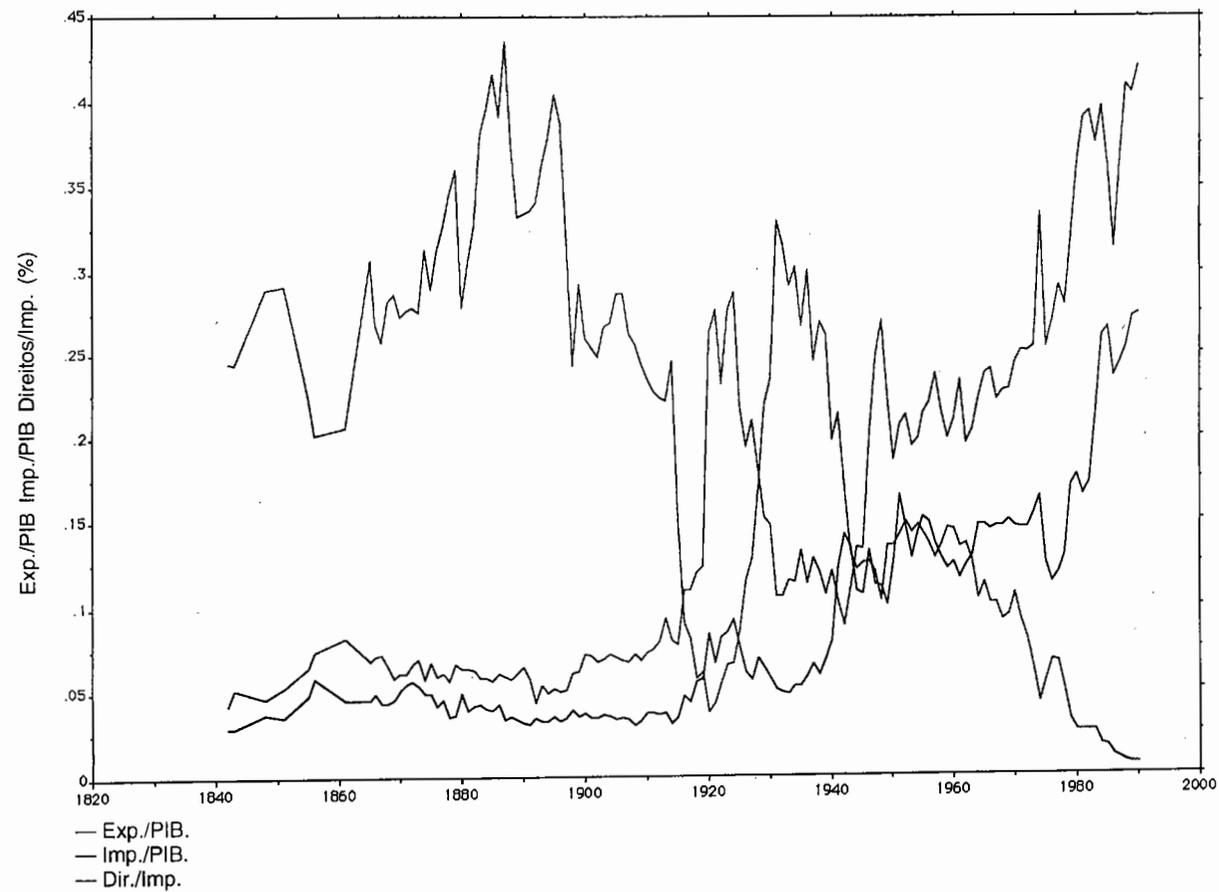
Evolução do nível de vida em Portugal 1796-1990



Ano.  
Escala semi-logarítmica.

GRÁFICO N.º 2

Grau de abertura da economia portuguesa



## REFERÊNCIAS

- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Prix et monnaies au Portugal*, Armand Colin, Paris, 1955.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional — Portugal 1812-1913*, Vega, Lisboa, 1988-1989 (2 vols.).
- LAINS, Pedro, «O protecționismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização 'concorrencial'», in *Análise Social*, n.º 97, 1987.
- LAINS, Pedro, e REIS, Jaime, «Portuguese economic growth 1833-1985: some doubts», in *The Journal of European Economic History*, vol. 20, n.º 3, 1991.
- MATA, Eugénia, e VALÉRIO, Nuno, «Foreign public debt and economic growth in Portugal 1830-1985», in *Estudos de Economia*, vol. xi, n.º 4, 1991.
- NUNES, Ana Bela, MATA, Eugénia, e VALÉRIO, Nuno, «Portuguese economic growth 1833-1985», in *The Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 3, 1989.
- — «Portuguese economic growth 1833-1985: some comments on Pedro Lains' and Jaime Reis' doubts», in *The Journal of European Economic History*, vol. 20, n.º 3, 1991.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Cosmos, Lisboa, 1971.
- REIS, Jaime, «'A Lei da Fome': as origens do protecționismo cerealífero (1889-1914)», in *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980.
- — «Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930», in *Análise Social*, n.º 71, 1982.
- — «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, n.º 80, 1984.
- — «O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação», in *Nova Economia em Portugal — Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.
- TORTELLA, Gabriel (ed.), *Education and economic development since the industrial revolution*, Generalitat Valenciana, Valência, 1990.
- VALÉRIO, Nuno, «Some remarks about growth and stagnation in the Mediterranean world in the XIXth and XXth centuries», in *The Journal of European Economic History*, vol. 21, n.º 1, 1992.

(Versão entregue em Junho de 1993)

